

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008

Ary Jorge Aguiar Nogueira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
– UNIRIO

PAYROLL LOANS FOR INSS RETIREMENT
AND PENSIONISTS AS A PUBLIC POLICY:
AN ANALYSIS OF THE PERIOD 2003 TO
2008

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto a política pública de incentivo ao crédito consignado direcionado aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no período de 2003 a 2008. O objetivo principal é realizar uma análise da política à luz da teoria do ciclo de políticas públicas, tal como concebido inicialmente por Lasswell (1956), considerando, ainda, a clássica tipologia de Lowi (1972) e a teoria da construção social das populações-alvo de políticas públicas de Schneider e Ingram (1993). A pesquisa procura traçar um panorama desta política pública, partindo de seus fundamentos a seus resultados. Dados empíricos coletados sugerem que a política de incentivo ao crédito consignado atingiu os objetivos traçados por seus formuladores, quais sejam, o aumento do mercado de crédito e a redução dos juros dos empréstimos. Espera-se contribuir com o debate acadêmico nacional sobre análise de políticas públicas, enfocando-se um período recente da história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Crédito Consignado. Aposentados

ABSTRACT: The theme of the present work is the public policy of incentive to payroll deductible loans directed to retirees and pensioners of the National Institute of Social Security (INSS), from 2003 to 2008. The main objective is to conduct a analysis in light of the theory of public policy cycle, as originally conceived by Lasswell (1956), considering Lowi's classic typology (1972) and Schneider and Ingram's (1993) theory of social construction. The research seeks to draw a panorama of this public policy, starting from its foundations to its results. Empirical data collected suggest that the incentive policy for payroll loans has met the goals set by its formulators, namely, the increase in the credit market and the reduction of loan interest rates. It is hoped to contribute to the national academic debate on public policy analysis, focusing on a recent period of Brazilian history.

KEYWORDS: Public Policy. Payroll Loans. Retired

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa trata da política de incentivo ao

crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no período de 2003 a 2008. Apesar de a política ainda estar em vigor, optou-se por estabelecer o corte temporal no final do ano de 2008, tendo em vista que após esta data o mundo sofreu uma grave crise econômica, que não apenas causou forte abalo nos mercados financeiros, mas atingiu igualmente a chamada economia real (THOMPSON, 2015). Como o Brasil teve de adotar medidas anticíclicas muitas vezes heterodoxas do ponto de vista da ciência econômica, entendeu-se por bem excluir da análise os anos posteriores à crise.

O problema de pesquisa é se a política pública de incentivo ao crédito consignado para aposentados e pensionistas, formulada e implementada pelo governo federal atingiu seus objetivos. Como critério de avaliação de sucesso da política foram utilizados os objetivos propostos quando da formulação de sua formulação, expressos na Exposição de Motivos Interministerial n. 176/2003, que instituiu a Medida Provisória 130/2003 e a figura do crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS. Os mencionados objetivos eram os seguintes: aumentar o acesso ao mercado de crédito e incentivar a queda dos juros dos empréstimos.

A hipótese de trabalho é de que a política efetivamente cumpriu ambos os objetivos propostos por seus formuladores. Portanto, a variável dependente, qual seja, o sucesso da política analisada, desdobra-se em dois indicadores: aumento do acesso ao crédito e queda dos juros. Quanto às variáveis independentes, foram identificadas as seguintes: 1) protagonismo dos bancos públicos na fase inicial da implementação; 2) forte comprometimento do capital privado num segundo momento e; 3) aceitação e adesão à política por parte do público-alvo.

O trabalho foi elaborado com o propósito de realizar uma análise interdisciplinar daquela política pública, tendo como marco teórico a análise funcional de Harold Dwight Lasswell (1956), que foi o embrião da teoria do ciclo da política pública; a tipologia de Theodore J. Lowi (1968, 1972, 1999, 2009), que constitui uma das mais citadas ferramentas de classificação de políticas públicas e a teoria da construção social das populações-alvo de Anne Schneider e Helen Ingram (1993), que traz uma possível explicação acerca do motivo pelo qual certas políticas são aceitas pela comunidade e outras não. Espera-se com a pesquisa apresentar uma contribuição ao debate nacional sobre avaliação de políticas públicas e fornecer a outros pesquisadores subsídios para novos questionamentos acerca do diálogo interdisciplinar na área.

2 | LASSWEL, LOWI, SCHNEIDER E INGRAM

O primeiro autor a tratar de políticas públicas foi H. D. Lasswell (1936), sendo igualmente pioneiro na tentativa de analisá-las como um processo contínuo, em sua teoria da *functional analysis* (análise funcional). Destarte, a análise funcional de Lasswell (1956, p. 2) é calcada em sete funções: 1) Inteligência (informação, predição

ou planejamento); 2) Recomendação (promoção das alternativas); 3) Prescrição (promulgação de regras gerais); 4) Invocação (caracterizações provisórias de conduta de acordo com as prescrições); 5) Aplicação (caracterização final da conduta de acordo com as prescrições); 6) Avaliação (avaliação do sucesso ou falha da política) e 7) Rescisão (o fim das prescrições e arranjos formalizados dentro da estrutura).

Cabe salientar, ainda, que a visão de políticas públicas naquele momento histórico era bastante vinculada à noção de regras. Verifica-se nas funções apontadas por Lasswell um nítido caráter prescritivo, que indicava a colmatação entre norma e conduta como marca da implementação das políticas públicas. Tratava-se de uma visão dogmática de política pública, que formou toda uma linha de abordagem teórica que atualmente pode ser resumida na definição de Lowi (1999, p. 230):

Uma política pública é uma norma formulada por qualquer autoridade governamental que exprime uma intenção de influenciar o comportamento dos cidadãos, individualmente ou coletivamente, através do uso de sanções positivas ou negativas.

Lowi (2009) lembra que *policy* (política pública) e *police* (polícia) têm origens comuns, pois ambas decorrem da *polis* grega, a qual não se refere apenas à comunidade organizada politicamente, mas à titularidade do monopólio da coerção legal. Consequentemente, todas as políticas públicas deveriam ser entendidas como coercitivas.

A Tipologia de Lowi, tal como hoje a conhecemos surgiu em 1972 e conforme o próprio autor (LOWI, 2009), era calcada na coerção. Partindo da pergunta básica (quantos tipos de coerção existem?), identificaram-se quatro meios distinguíveis logicamente pelos quais o governo poderia exercer coerção. O autor traçou, então, dois planos sobre os quais a coerção atua: aplicabilidade e probabilidade. Ato contínuo, dividiu cada plano em dois, sendo a aplicabilidade incidente na esfera da conduta individual ou no ambiente da conduta; e a probabilidade da coerção podendo ser remota ou imediata (LOWI, 1972, p. 300).

Políticas com probabilidade de coerção imediata podem ser regulatórias ou redistributivas, caso sejam aplicadas, respectivamente, sobre condutas individuais ou no ambiente como um todo. Por outro lado, políticas com probabilidade de coerção remota podem ser distributivas, caso sejam aplicadas sobre condutas individuais, ou constitutivas, caso atuem no ambiente da conduta. Sob a óptica da Tipologia de Lowi, a política de incentivo ao crédito consignado apresenta probabilidade de coerção imediata e estabelece regras a serem cumpridas pelos agentes econômicos individualmente (vigoram sobre cada contrato individualizado). Ou seja, trata-se de uma política tipicamente regulatória.

A Teoria da Construção Social das Populações-alvo (*Social Construction of Target Populations*), elaborada por Schneider e Ingram (1993) guarda similaridade especialmente com o trabalho de Lowi no tocante ao anseio de atingir simetria e harmonia lógica em sua classificação. As mencionadas autoras propõem, em síntese,

que a construção social de populações-alvo se refere à caracterização cultural ou imagem popular de pessoas ou grupos cujo comportamento e bem-estar são afetados por políticas públicas (SCHENEIDER; INGRAM, 1993).

A construção social teria, portanto, uma importante influência sobre agentes públicos e formuladores de políticas públicas, tanto na formação da agenda, quanto no *design* de políticas. As políticas públicas mandariam mensagens sobre o que o governo supõe que os cidadãos mereçam ou não, bem como os tipos de atitudes e caminhos de participação apropriados na sociedade democrática. Diferentes populações receberiam igualmente diferentes mensagens.

O principal mérito da teoria seria explicar o motivo pelo qual certos grupos são privilegiados mais que outros, independentemente das noções tradicionais de poder político e como políticas públicas podem reforçar ou alterar estas vantagens. Construções sociais seriam estereótipos sobre grupos particulares de pessoas, com base em características facilmente distinguíveis e seriam criadas não apenas pela política, mas pela cultura, socialização, história, mídia, literatura, religião e pelo gosto (SCHENEIDER; INGRAM, 1993). Desta forma, definir a construção social de uma população alvo, ou seja, como a imagem de determinado grupo em particular está posta socialmente é tarefa para uma análise empírica. Trata-se, portanto, de um fenômeno totalmente mensurável.

Como aponta sólida literatura (ARNOLD, 1990; KINGDON, 2014), duas das mais importantes motivações dos governantes constituem produzir políticas públicas que lhes ajudem na reeleição (manutenção do poder) e que sejam efetivas em abordar problemas públicos amplamente reconhecidos. Assim, é importante não apenas a construção social da população alvo (seja negativa ou positiva), mas igualmente a forma como esta população é vista pelo *policymaker* (do ponto de vista do poder). A autoras sugerem então uma matriz 2x2, de estrutura análoga àquela proposta por Lowi.

No plano horizontal, encontra-se a esfera do poder, formada no plano superior por aqueles identificados socialmente como fortes (*Strong*) e no plano inferior pelos fracos (*Weak*), ou seja, aqueles que detém pouca influência. Já a vertical traz o aspecto valorativo social, cabendo a linha da esquerda àqueles socialmente identificados de forma positiva e a linha da direita aos que são vistos de forma negativa. Na interseção ficam localizados os grupos sociais e pessoas que constituem as populações-alvo de políticas públicas, os quais são classificados em: 1) *Advantaged* (favorecidos) de alto poder e reconhecimento social; 2) *Contenders* (rivais) com alto poder, porém malvistas socialmente; 3) *Dependents* (dependentes), fracos politicamente, mas identificados de forma positiva socialmente e 4) *Deviants* (desviados), com baixo poder político e marginalizados socialmente.

A teoria explicaria, por exemplo, o motivo de políticas direcionadas a grupos de construção social negativa enfrentarem tantas resistências para implementação. Como exemplo, políticas em favor de usuários de entorpecentes e criminosos costumam

sofrer grande oposição. Da mesma forma, políticas distributivas ou de patrocínio na visão de Lowi, costumam ser direcionadas a grupos que ocupam o quadrante superior direito da matriz de Schneider e Ingram. Sofrem grande oposição quando chegam ao conhecimento do grande público, mas normalmente são adotadas assim mesmo, haja vista o segundo elemento determinante que seria o poder (LOWI, 1964, 1972).

Como a pesquisa paradigma retrata a realidade estadunidense, há que se perquirir onde o público-alvo deste artigo, ou seja, aposentados e pensionistas do INSS, aloca-se na matriz. No contexto norte-americano, os idosos ocupam o quadrante superior esquerdo, revelando-se, portanto, fortes politicamente e socialmente vistos de forma positiva. Considerando que o maior contingente de aposentados é formado por idosos, poder-se-ia afirmar que no caso brasileiro nosso público-alvo ocuparia a mesma posição?

Os dados sugerem que sim, pois ainda que o subgrupo dos pensionistas possa ser identificado como dependente, pela própria natureza do benefício que auferem, há consistente literatura (BARBOSA; CONSTANZI, 2009; SCHWARZER, 2000) que salienta a importância dos aportes financeiros da Previdência Social para os municípios brasileiros. França (2004; 15-16) aponta que em 2003, 67,85% (sessenta e sete vírgula oitenta e cinco por cento) dos municípios brasileiros recebiam menos do Fundo de Participação dos Municípios do que era injetado em sua economia local pelos benefícios previdenciários pagos pelo INSS.

Sintetizando, o Fundo de Participação dos Municípios é formado por parcelas dos impostos federais recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional e que, em razão de normas legais ou constitucionais, são transferidas da União para Estados, Distrito Federal e Municípios. A situação não mudou nos últimos anos, sendo certo que o próprio governo brasileiro admitia em 2014 (Brasil, 2014) que os benefícios pagos pela Previdência Social ultrapassavam o Fundo de Participação dos Municípios em 71,8% (setenta e um vírgula oito por cento) das cidades do Brasil. Trata-se de um imenso contingente de pessoas, cujo impacto econômico e político não deve ser desconsiderado.

3 | UMA ANÁLISE À LUZ DO *POLICY CYCLE* DE LASSWELL

3.1 Da Inteligência à Invocação

A política pública brasileira de crédito consignado surgiu com a edição da Medida Provisória n.130, de 17 de setembro de 2003. Aproximando-se da previsão de Lowi (1968) de que governos fortes atuariam especialmente por meio de políticas regulatórias e redistributivas, visto que não estão tão fortemente condicionados pela *logrolling politics* (política de barganhas), observa-se o protagonismo do Executivo em sua formulação.

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva ostentava em setembro de 2003 uma

popularidade bastante alta, com 43% (quarenta e três por cento) situados na posição ótimo/bom, na pesquisa CNI/IBOPE (2003), o que lhe conferia capital político mais que suficiente para atuar de forma mais assertiva frente ao Congresso. A clássica enunciação de Kingdon (2014), “uma ideia cujo tempo chegou” traduz perfeitamente o que há de contingencial na elaboração de uma política pública. Mas como saber que o tempo daquela ideia muitas vezes formulada anteriormente pelos *policymakers* chegou?

Com base no modelo dos fluxos múltiplos (KINGDON, 2014), o surgimento de uma política pública seria o resultado da confluência entre os fluxos dos problemas, das soluções e da política, manifestada na forma da chamada janela de oportunidade (*policy window*). Assim, os problemas identificados como tais pelo público, em conjunto com as soluções patrocinadas pelos empreendedores de políticas públicas (pessoas com interesse em ver suas soluções implementadas) e com fatores contingenciais da política (tais como eventos especiais, reeleições, substituição de membros do Executivo etc.), forneceriam a oportunidade rara e efêmera para a implementação de uma ideia, através de uma política pública.

De certa forma, pode-se identificar todos estes elementos no caso em análise. O governo Lula era nitidamente uma renovação no Executivo nacional, pois representava a chegada ao poder de um partido de esquerda. Ademais, o país ostentava uma meta de taxa básica de juros (SELIC) que girava em torno de 20% (vinte por cento) ao ano (BACEN, 2003), além de apresentar severa constrição no crédito para pessoas físicas, muito em função de seu elevado custo, o qual era em média de 83,92% (oitenta e três vírgula noventa e dois por cento) ao ano, conforme dados do BACEN de 2003. O problema do crédito era explícito, portanto.

A questão do crédito tem a ver com alocação de portfólio dos agentes econômicos (MORA, 2015). Não demanda muito esforço, portanto, inferir que o aumento das garantias aos concedentes de empréstimos era uma solução cujos formuladores poderiam ser encontrados tanto na esfera pública, quanto no âmbito dos grandes conglomerados financeiros. Ou seja, não faltaram empreendedores de políticas públicas para esta ideia.

A Exposição de Motivos Interministerial n.176/2003, de autoria do Ministério da Fazenda e do Ministério da Previdência Social aponta as diretrizes da política de crédito consignado. É interessante observar como o texto da mencionada exposição é formulado, valendo-se tanto do instrumental da Análise de Conteúdo, tal como pensada inicialmente por Lasswell (1946), quanto da Análise do Discurso, a qual, segundo Rocha e Deusdará (2006), complementa a primeira.

Identificam-se no texto da Exposição de Motivos n. 176/2003 os principais atingidos pela Medida Provisória n.130, que são os empregados (e aposentados/pensionistas), as instituições financeiras e os empregadores/INSS. Pois bem, os primeiros são citados cinco vezes (seis, caso sejam incluídos aposentados e pensionistas), os empregadores quatro e as instituições financeiras três. O INSS recebe apenas uma citação. É relevante observar que o discurso formulado na exposição de motivos transparece as prioridades ideológicas do governo, marcando nitidamente o enfoque

na relação empregado/empregador. A menor citação às instituições financeiras, aliada à afirmativa de que o governo tencionava induzir a competição entre elas sugere que a motivação para estimular a nova alocação de portfólio dos bancos seria melhorar o ambiente de crédito para pessoas físicas no país.

Quanto à tramitação da Medida Provisória, vale salientar que a redação original proposta pelo Executivo foi aprovada sem quaisquer emendas pela Câmara dos Deputados. No Senado houve a aprovação de apenas uma emenda ao art. 4º, acrescentando-lhe o parágrafo sétimo, o qual veda aos empregadores, entidades e centrais sindicais a cobrança de qualquer taxa ou contrapartida pela celebração ou anuência aos acordos celebrados com as instituições financeiras, norma que aumenta a proteção ao trabalhador. Desta forma, a integridade do texto encaminhado pelo Executivo foi mantida, o que apenas ratifica a força do Presidente da República como formulador de políticas públicas no Brasil.

3.2 Da Aplicação (Implementação) à Avaliação

A medida provisória n.130 foi convertida na Lei n.10820, de 17 de dezembro de 2003, o que conferiu estabilidade à política implementada. No entanto, do ponto de vista de nosso público-alvo (aposentados e pensionistas), a efetiva aplicação da norma demandava o estabelecimento de convênios entre as instituições financeiras que ofertam crédito e a autarquia previdenciária federal. E é nesse quesito que se constata a importância da Caixa Econômica Federal na aplicação da política de incentivo ao crédito consignado, a qual foi a primeira instituição financeira a firmar o mencionado convênio com o INSS. A tabela abaixo apresenta as instituições financeiras pioneiras na celebração de convênios:

Instituição Financeira	Data do Convênio	Instituição Financeira	Data do Convênio
Caixa Econômica Federal	15/04/2004	Financ. Alfa	22/12/2004
Banco BMG	26/08/2004	Banco Mercantil do Brasil	13/01/2005
Banco Bonsucesso	20/10/2004	Banco Matone	01/03/2005
Banco Cacique	20/10/2004	Unibanco	10/03/2005
Banco Cruzeiro do Sul	20/10/2004	Banco do Brasil	31/03/2005
Banco Pine	11/11/2004	Banco BVA	06/04/2005
Paraná Banco	16/11/2004	Banco Santander	07/04/2005
RS Crédito Financ. e Invest.	18/11/2004	HSBC Bank Brasil	07/04/2005
Banco BMC	18/11/2004	Banco Daycoval	28/04/2005
Banco BGN	22/11/2004	Banco Industrial do Brasil	05/05/2005
Banco Panamericano	22/11/2004	Banco Sofisa	12/05/2005
Banco Schain	30/11/2004	Banrisul	12/05/2005
Banco Paulista	22/12/2004	Bradesco	12/05/2005

Tabela 1 - Instituições financeiras por data de convênio

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Diário Oficial da União

A análise dos dados acima não apenas sugere o protagonismo da Caixa Econômica Federal, mas aponta que a adesão do capital privado se dá inicialmente no

âmbito das pequenas e médias instituições financeiras. Quanto aos grandes bancos, observa-se que levou em torno de um ano para que aderissem ao processo, fato que corrobora a ideia de que a mudança de alocação de portfólio bancário sofre grande influência do receio de perda de *market share* (PAULA; OREIRO; BASÍLIO, 2013).

A Caixa Econômica Federal deu início ao processo, mas pode-se observar na tabela anteriormente citada que os grandes bancos brasileiros (Santander, Unibanco, HSBC e Bradesco) somente entraram nesse mercado após o Banco do Brasil, à época a maior instituição bancária do país (BACEN, 2003). Entretanto, uma vez inserido na nova dinâmica creditícia, o capital privado foi fundamental para que houvesse a ampliação do mercado de crédito e a correlata queda dos juros. Dados do BACEN mostram a ampliação da oferta de crédito em proporção ao Produto Interno Bruto.

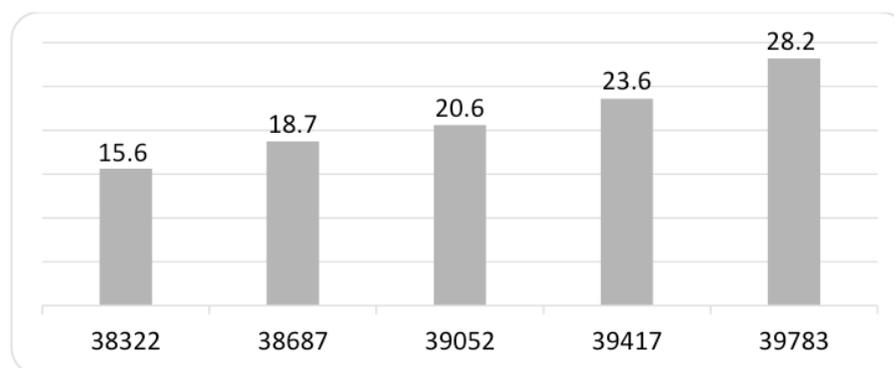


Gráfico 2 – Operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres - Total/PIB (em %)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil (2017)

Dados obtidos junto ao Banco Central indicam que o crédito com capital privado constituiu no período da pesquisa a maior parte da oferta no mercado nacional, confirmado que qualquer política de crédito, não apenas a ora analisada, imprescinde do comprometimento empresarial. De 2004 a 2008, o Setor Financeiro Público contribuiu com aproximadamente 22% da oferta de crédito nacional. Todo o resto da oferta partiu de entidades privadas.

O objetivo principal desta pesquisa é aferir se a política de incentivo ao crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS formulada pelo governo brasileiro em 2003 foi bem-sucedida em atingir os objetivos traçados. Como já visto, os objetivos principais eram ampliar o mercado de crédito e incentivar a queda dos juros. Os dados apresentados a seguir mostram a evolução do número de contratos de empréstimos consignados averbados junto ao INSS.

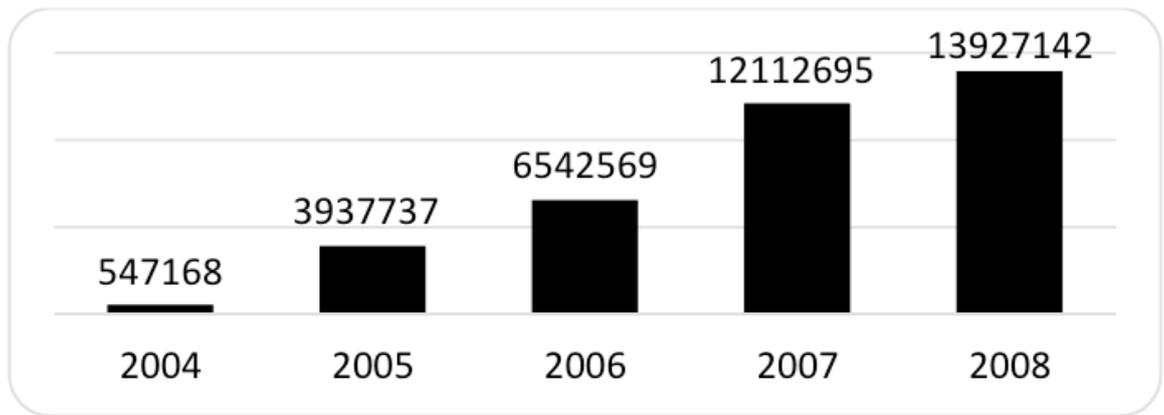


Gráfico 3 - Contratos averbados pelo INSS

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil (2017)

A comparação entre os anos de 2003 e 2008 mostra um crescimento de mais de 2500% (dois mil e quinhentos por cento) na oferta deste tipo crédito. As operações de crédito consignado cresceram de R\$ 9,6 bilhões, em janeiro de 2004, para mais de R\$ 50 bilhões, a partir de fevereiro de 2007, perfazendo mais de 60% do crédito pessoal (PAULA; OREIRO; BASILIO, 2013, p. 499). E quanto às taxas de juros? O que denotam os dados? O gráfico a seguir compara as taxas de juros do crédito pessoal (sem garantia) e do crédito consignado.

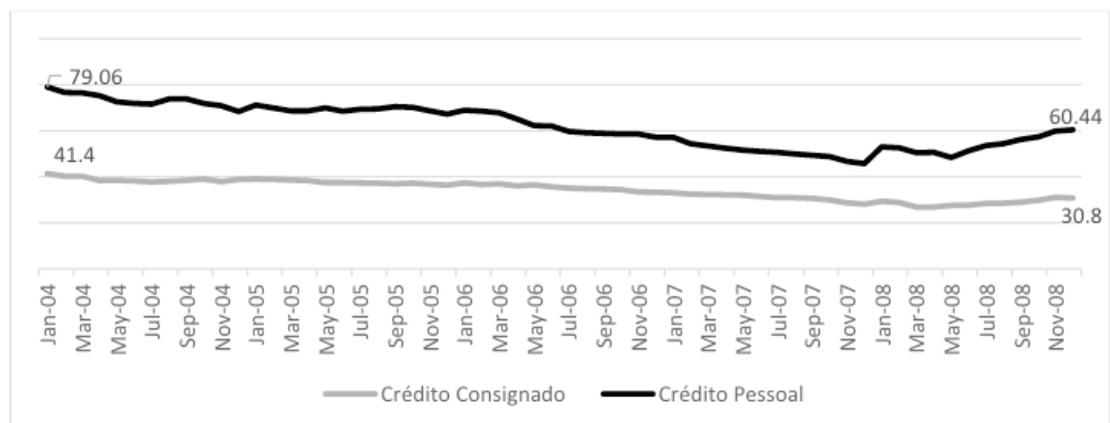


Gráfico 4 – Evolução das taxas de juros do crédito pessoal (sem garantia x consignado)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil (2017)

Pode-se perceber no gráfico anterior que as taxas de juros do crédito pessoal sofreram contínua redução no período estudado, com os juros do crédito consignado mantendo-se bem mais baixos que os do crédito pessoal. Pesquisadores ligados ao BACEN (Rodrigues *et al.*: 2006, p. 22) estimaram que a diferença entre o crédito pessoal e o consignado em 2006, por exemplo, girava em torno de 12,73 (doze vírgula setenta e três) pontos percentuais.

Finalmente, embora não fosse um objetivo declarado da política, espera-se que uma política pública contribua para a melhoria das condições de vida de seu público-alvo. A maior oferta de crédito, dentre outros fatores, aparentemente contribuiu para

a ampliação do acesso a bens de consumo pelos mais pobres (TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006, p. 22), o que sugere a ocorrência de uma externalidade positiva da política. A externalidade, que pode ser positiva ou negativa, é um conceito econômico que pode ser brevemente resumido na constatação de que “determinadas ações de uns afetam outros” (SLOMSKI et al, 2012).

Por outro lado, não se pode deixar de salientar, conquanto não seja o objetivo principal desta pesquisa, que outros estudos apontam o endividamento excessivo e o inadimplemento como outras possíveis consequências da política de incentivo ao crédito consignado (PORTO, 2014), que constituiriam externalidades negativas da política pública.

CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu ofertar uma análise interdisciplinar, baseada no seguinte tríduo teórico: teoria da análise funcional de Lasswell (1956); tipologia de políticas públicas de Lowi (1972) e teoria da construção social das populações-alvo de Schneider e Ingram (1993).

Realizou-se uma análise funcional da política, considerando uma etapa inicial que se prolonga da fase da inteligência (ou identificação do problema) à invocação (ou decisão); e uma etapa final, que segue da aplicação (implementação) até a avaliação. Como a política persiste, não se considerou a fase de rescisão (extinção).

Segundo a tipologia de políticas públicas de Lowi (1972), pode-se enquadrar a política estudada como regulatória, ou seja, cuja coerção se apresenta na forma individual e quanto à probabilidade, imediata.

No tocante à teoria da construção social das populações-alvo, observa-se que o público-alvo da política estudada, que é formado pelos aposentados e pensionistas do INSS, ocupa a posição conhecida como favorecidos, na qual o grupo social é visto de forma positiva e identificado como forte do ponto de vista político. A força política da população alvo é sugerida pela grande importância, constatada empiricamente, dos aportes financeiros decorrentes do pagamento dos benefícios previdenciários na maioria dos municípios brasileiros.

Os dados empíricos coletados sugerem que os objetivos formulados pelo governo brasileiro quando da elaboração da política, portanto, foram atingidos. De fato, houve o aumento do mercado creditício brasileiro, o que viabilizou o acesso de milhões a uma nova modalidade de crédito pessoal, cuja garantia repousa na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do INSS.

Houve, ainda, a aceitação da política por seu público-alvo, comprovada pelo expressivo número de contratos celebrados. Da mesma forma, constata-se a redução nas taxas de juros de crédito, não apenas da modalidade consignada, mas igualmente no crédito pessoal sem garantia, o que sugere que a concorrência estabelecida por este novo mercado parece haver impactado o mercado de crédito como um todo.

Espera o autor que a pesquisa possa servir ao aprimoramento dos estudos de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, Douglas R. **The logic of congressional action**. New Haven: Yale University Press, 1990.

BARBOSA, Edvaldo Duarte; COSTANZI, Rogério Nagamine. **Previdência Social e Redistribuição de Renda Intermunicipal**. Informe da Coordenadoria-Geral de Estudos Previdenciários, Brasília, abr.2009, v. 21, n.4. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090608-155706-828.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>>. Acesso em: 13 abril 2017.

BRASIL. **Previdência movimenta economia de municípios brasileiros**. Portal Brasil, Brasília, 08 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/previdencia-movimenta-economia-de-municipios-brasileiros>>. Acesso em: 20 abril 2017.

CNI-IBOPE. **Pesquisa de avaliação de governo**. Confederação Nacional da Indústria. Brasília. set. 2003. Disponível em: <<http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=121>>. Acesso em: 20 abril 2017.

FRANÇA, Álvaro Sólón de. **Previdência social e a Economia dos Municípios**. 5 ed. Brasília: ANFIP, 2004.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2nd ed. London: Pearson, 2014.

LASSWELL, Harold Dwight. **Politics: Who gets what, when, how**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1936.

_____. **Propaganda Technique in the World War**. New York: P. Smith, 1938.

_____. **The Decision Process: Seven Categories of functional analysis**. Mariland: Bureau of Governmental Research, 1956.

LOWI, Theodore J. **American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory**. World Politics, Vol. 16, n.4 (Jul., 1964), p. 693-715. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2009452?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20 abril 2017.

_____. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. Public Administration Review, Vol. 32, n.4 (Jul. - Ago., 1972), p. 298-310. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/974990>>. Acesso em: 20 abril 2017.

_____. **Arenas of Power: Reflections on Politics and Policy**. New York: Routledge, 2009.

MORA, Mônica. **A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para Discussão 2022. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jan. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24295>. Acesso em: 20 abril 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; OREIRO, José Luis; BASILIO, Flavio A. C. **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais**. Nova econ., Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 473-520, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abril

2017.

PORTO, Elisabete Araújo. **Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. João Pessoa, PB: UFPB, 2014. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2014.

SCHNEIDER, Anne; INGRAM, Helen. **Social Construction of Target Populations: Implications for Politics and Policy**. *The American Political Science Review*, Vol. 87, n.2 (Jun. 1993), p. 334-347. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2939044?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20 abril 2017.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. Texto para Discussão 729. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0729.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

SLOMSKI, Valmor et al. **Sustentabilidade nas organizações: a internalização dos gastos com o descarte do produto e/ou embalagem aos custos de produção**. *Rev. Adm. (São Paulo)*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 275-289, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abril 2017.

THOMPSON, John B. **A metamorfose de uma crise**. In: CASTELLS, Manuel (Org.); CARDOSO, Gustavo (Org.); CARAÇA, João (Org.). **A crise e seus efeitos: As culturas econômicas da mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270